



CONTRATO Nº 010/2025.

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.233/2021

PROCESSO DE ORIGEM:

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 002/2025

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 011/2025

OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa para aquisição de materiais didáticos destinados as ações dos programas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATUAL: R\$ 58.311,15 (Cinquenta e oito mil, trezentos e onze reais e quinze Centavos).

VIGÊNCIAS CONTRATUAL:

INICIAL: 27/02/2025

FINAL: 27/05/2025

DADOS DO CONTRATANTE:

FMAS – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 18.181.036/0001-84

Rua Duque de Caxias, Número S/N, Bairro Centro, Cidade de Davinópolis,
Estado do Maranhão.

Lorrana dos Santos Reis Lima, CPF nº 610.047.003-93

DADOS DO CONTRATADO:

ITZPARTS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 54.882.606/0001-27

Rua José, Número 251, Bairro Vila Arruda, Cidade de João Lisboa, Estado do
Maranhão.

Wagnaldo Oliveira de Almeida, CPF nº 402.600.703-00

FISCAL DO CONTRATO:

Nome Fiscal Contrato: Lusenira Rodrigues Bandeira.

PREÂMBULO

Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro 2025, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS**, através da Unidade Administrativa contratante o Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ nº 18.181.036/0001/84, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II):

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa para aquisição de materiais didáticos destinados as ações dos programas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V):

2.1. O valor estimado do presente Contrato é de R\$ 58.311,15 (Cinquenta e oito mil, trezentos e onze reais e quinze centavos), em conformidade com a proposta apresentada, e conforme quadro abaixo:

Item	Descrição dos produtos	Marca	Und	Qtd.	V. Unit.	V. Total
1	GRAMPEADOR; TRATAMENTO SUPERFICIAL: PINTADO; MATERIAL: FERRO; TIPO: MESA; CAPACIDADE: 100 FL; APLICAÇÃO: PAPEL;	MAPED	UNIDADE	3	R\$ 90,27	R\$ 270,80
2	PINCEL ATÔMICO; MATERIAL: PLÁSTICO; TIPO PONTA: FELTRO; TIPO CARGA: RECARREGÁVEL; COR TINTA: VARIADA	BRW	BRW	30	R\$ 4,36	R\$ 130,66
3	RÉGUA ESCRITÓRIO; MATERIAL: ACRÍLICO; COMPRIMENTO: 30 CM; GRADUAÇÃO: CENTÍMETRO/MILÍMETRO; TIPO MATERIAL: RÍGIDO; COR: CRISTAL; TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE	MAX	UNIDADE	50	R\$ 2,94	R\$ 146,96
4	TNT; GRAMATURA: 40 G/M2; COR: VARIADA; LARGURA: 1,40 M	CRIL	UNIDADE	500	R\$ 2,87	R\$ 1.435,60
5	BALÕES EM CORES VARIADAS, PACOTE COM 50 UNIDADES. -	MAKEX	PCT	500	R\$ 5,10	R\$ 2.551,10
6	BORRACHA BICOLOR, PARA LÁPIS/TINTA (VERMELHA/AZUL) MEDINDO 47,1 X 1,8 X 0,07CM.	MERCUR	Und	50	R\$ 1,16	R\$ 58,20
7	BORRACHA BRANCA PARA LÁPIS, MEDINDO 20X40X10MM.	MERCUR	CX/50UN	5	R\$ 16,19	R\$ 80,95



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Item	Descrição dos produtos	Marca	Und	Qtd.	V. Unit.	V. Total
8	CANETA CORRETIVA SECAGEM RÁPIDA, PONTA METÁLICA, ULTRA RESISTENTE, COM 8 ML CADA.	MERCUR	Und	30	R\$ 4,99	R\$ 149,57
9	CARTOLINA 180G/M², MEDINDO 67X50CM, CORES VARIADAS.	MARK +	Folha	1500	R\$ 2,00	R\$ 2.997,30
10	CARTOLINA TIPO GUACHE NA GRAMATURA 180 G/M² MEDINDO 67X50 CM CORES VARIADAS.	MARK +	Und	50	R\$ 1,45	R\$ 72,27
11	CARTOLINA, CORES LEVES E VARIADAS. MED. APROX. 500MMX600MM, GRAMATURA DE 150 G.	MARK +	Und	50	R\$ 1,28	R\$ 64,02
12	COLA ADESIVA INSTANTÂNEA DE USO GERAL, BASE DE RESINA SINTÉTICA, TIPO SUPERBONDER COM 3G.	TEKBOND	Und	100	R\$ 3,06	R\$ 305,55
13	COLA BRANCA EM BASTÃO FRASCO COM 10G, BASE GIRATÓRIA, NÃO TÓXICA.	ACRILEX	Und	100	R\$ 6,93	R\$ 692,58
14	COLA COLORIDA CAIXA COM 06 EMBAL. DE 23 G, CORES VARIADAS.	ACRILEX	Cx	100	R\$ 11,69	R\$ 1.168,85
15	BASTÃO COLA QUENTE: COMPOSIÇÃO: SILICONE APLICAÇÃO: PISTOLA QUENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 11 MM DE DIÂMETRO E 30 CM DE COMPRIMENTO, TIPO BASTÃO. PACOTE CONTENDO 1 KG	MARK +	PCT 1KG	4	R\$ 28,34	R\$ 113,37
16	COLA GLITERADA, CAIXA COM 06 EMBAL. DE 25G CORES VARIADAS.	MARK +	Caixa	20	R\$ 5,72	R\$ 114,46
17	COLA PARA ISOPOR, ATÓXICA E SECAGEM RÁPIDA, EMBAL. COM 90G.	MARK +	Und	20	R\$ 6,33	R\$ 126,68
18	COLA PLÁSTICA ESCOLAR, COR BRANCA, EM FRASCO DE 500 ML, COM UTILIDADE COMPROVADA PARA COLAR MADEIRA, PAPEL, PAPELÃO, TECIDO, ETC.	GR QUIMICA	Und	20	R\$ 8,50	R\$ 169,94
19	E V A NAS CORES: VERMELHO, VERDE, AMARELO, BRANCO, LARANJA, PRETO, AZUL E MARROM SENDO 50 DE CADA COR	MARK +	Folhas	1000	R\$ 4,48	R\$ 4.481,40
20	ELÁSTICO EM LÁTEX (LIGA), CAIXINHA COM 25 G NO MÍNIMO, COM BASTANTE ELASTICIDADE E DE ELEVADA RESISTÊNCIA AO CALOR E UMIDADE. SEM PERDER A CONSISTÊNCIA.	BEST FER	Cx	100	R\$ 4,98	R\$ 497,61
21	ENVELOPE BRANCO, TAMANHO 260X360 MM (MÉDIO), PAPEL COM 90 G.	TILIBRA	Und	1000	R\$ 0,72	R\$ 717,80
22	ENVELOPE BRANCO, TIPO A4, TAMANHO 229X324 MM (MÉDIO), PAPEL COM 90 G.	TILIBRA	Und	200	R\$ 0,92	R\$ 184,30



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Item	Descrição dos produtos	Marca	Und	Qtd.	V. Unit.	V. Total
23	ETIQUETA AUTOADESIVA TAMANHO 67,7 X 99,0MM, EM FOLHA TAM. A4 COM 8 ETIQUETAS POR FOLHA, DISTRIBUÍDAS FORMANDO COLUNAS SOBRE O PAPEL PROTETOR SILICONADO TIPO COCHE OU SIMILAR, CAIXA COM 100 FOLHAS.	TILIBRA	Cx	100	R\$ 29,27	R\$ 2.927,46
24	ETIQUETA AUTOADESIVA TAMANHO 55,8 X 99,0MM, EM FOLHA TAM. A4, COM 10 ETIQUETAS POR FOLHA, DISTRIBUÍDAS FORMANDO COLUNAS SOBRE O PAPEL PROTETOR SILICONADO TIPO COCHE OU SIMILAR, CAIXA COM 100 FOLHAS.	TILIBRA	Cx	100	R\$ 23,34	R\$ 2.333,82
25	FITA ADESIVA DE POLIPROPILENO MEDINDO 50X50MM, TRANSPARENTE.	KAZ	Und	50	R\$ 9,97	R\$ 498,58
26	FITA ADESIVA TRANSPARENTE TAMANHO 12MM X 30MM.	KAZ	Und	50	R\$ 1,56	R\$ 78,09
27	FITA DUPLA FACE COM DORSO EM ACETATO DE CELULOSE, COBERTO COM ADESIVO E, AMBOS OS LADOS, PROTEGIDO POR PAPEL KRAFT, MEDINDO 48 MMX30 MM, NA COR BRANCA.	KAZ	Und	10	R\$ 13,06	R\$ 130,56
28	FOLHA DE ISOPOR MEDINDO 60X40 NA ESPESSURA DE 10MM.	FRICOLOR	Folhas	800	R\$ 7,75	R\$ 6.200,24
29	FOLHA DE ISOPOR MEDINDO 60X40 NA ESPESSURA DE 15MM.	FRICOLOR	Folhas	500	R\$ 10,77	R\$ 5.383,50
30	LÂMINA EM AÇO PARA ESTILETE LARGO, ESTOJO COM 10 UNIDADES.	BRW	Pct	20	R\$ 4,42	R\$ 88,46
31	LÁPIS DE CERA TIPO GIZÃO, CAIXA COM 12 CORES.	ACRILEX	Cx	200	R\$ 7,85	R\$ 1.569,46
32	LÁPIS DE COR (CORES VIVAS E INTENSAS), PRODUZIDO EM MADEIRA, TAMANHO GRANDE, CAIXA COM 12 CORES LÁPIS HB Nº 2, ESCRITA MACIA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 17,5CM, APONTADOS, CORPO EM	MAPEL	Cx	100	R\$ 8,25	R\$ 824,50
33	PAPEL A4 - 210 X 297 MM, GRAMATURA 75 GR/M², PACOTE COM 500 FOLHAS.	CHAMEX	Res	100	R\$ 26,48	R\$ 2.648,10
34	PAPEL A4 COCHE, 170M/G², 210X297MM, PACOTE COM 50 FLS.	OFF PAPER	PCT	50	R\$ 29,09	R\$ 1.454,52
35	PAPEL A4 NA COR AMARELO, PACOTE COM 100 FLS.	CHAMEQUINHOS	PCT	100	R\$ 9,29	R\$ 929,26
36	PAPEL A4 NA COR AZUL, PACOTE COM 100 FLS.	CHAMEQUINHOS	PCT	100	R\$ 9,29	R\$ 929,26
37	PAPEL A4 NA COR ROSA, PACOTE COM 100 FLS.	CHAMEQUINHOS	PCT	100	R\$ 9,29	R\$ 929,26
38	PAPEL A4 NA COR VERDE, PACOTE COM 100 FLS.	CHAMEQUINHOS	PCT	100	R\$ 9,29	R\$ 929,26



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Item	Descrição dos produtos	Marca	Und	Qtd.	V. Unit.	V. Total
39	PAPEL VERGÊ BRANCO, EMBALAGEM COM 100 FOLHAS, FORMATO A4 (210 X 297), GRAMATURA 80G.	OFF PAPER	Embal	50	R\$ 26,73	R\$ 1.336,66
40	PAPEL VERGÊ SALMÃO, EMBALAGEM COM 50 FOLHAS, FORMATO A4 (210 X 297), GRAMATURA 120G.	OFF PAPER	Embal	50	R\$ 28,13	R\$ 1.406,50
41	PAPEL ALMAÇO COM PAUTA Nº 04, EM PAPEL APERGAMINHADO, NA GRAMATURA DE 75/M² MEDINDO 210X297MM. RESMA COM 500 FOLHAS	TILIBRA	Resma	50	R\$ 39,79	R\$ 1.989,47
42	PAPEL ALMAÇO SEM PAUTA, CADERNO COM 10 FOLHAS, COR BRANCA.	CHAMEX	Resma	50	R\$ 30,28	R\$ 1.514,17
43	PAPEL FOTOGRÁFICO, TAMANHO A4, BRILHANTE A PROVA D'ÁGUA, PARA IMPRESSÃO DE FOTO, ALTO BRILHO, SECAGEM INSTANTÂNEA, 180 GR/M², COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA INKJETHP, CANON,	MAKE +	PCT	50	R\$ 40,24	R\$ 2.011,78
44	PASTA AZ DE PLÁSTICO TIPO FILE TRANSPARENTE MEDINDO 350MMX 280MM COM GRAMPO MOLA.	DAK	Und	100	R\$ 21,93	R\$ 2.193,17
45	PASTA AZ EM PAPELÃO REFORÇADO, PLASTIFICADA, GRANDE, MEDINDO 280MMX370MM COM DORSO 85MM, FERRAGEM DE PRESSÃO.	DELLOW	Und	100	R\$ 22,18	R\$ 2.218,39
46	PISTOLA ELÉTRICA APLICADORA DE COLA, CORPO INJETADO EM PLÁSTICO. - PONTA METÁLICA. - TENSÃO: 127-220 V C. A. POTÊNCIA: 45-50 WATTS / FREQUÊNCIA 60 HZ.	TILIBRA	Und	10	R\$ 38,38	R\$ 383,83
47	REFIL PARA QUADRO BRANCO, CONTEÚDO DE 5,5 ML, CORES VARIADAS. CAIXA COM 12 UNIDADES	BRW	Caixa	15	R\$ 23,87	R\$ 358,08
48	TESOURA COM LÂMINA EM AÇO INOX, 8", CABO DE PLÁSTICO EMBORRACHADO, TAMANHO 21CM.	MAPED	Und	10	R\$ 22,36	R\$ 223,59
49	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA LAMINA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CABO TERMOPLÁSTICO ANATOMICAMENTE (DO TIPO DESTRO), NA COR PRETA, TAMANHO 13 CM.	ACRILEX	Und	10	R\$ 4,60	R\$ 45,98
50	UMEDECEDOR PARA DEDOS, CREME ANTIBACTERIANO, POTE COM 16 G.	BRW	Und	10	R\$ 4,72	R\$ 47,24
TOTAL EM R\$						R\$ 58.113,15

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.4.1. O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;



- * Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;
- * A Proposta do Contratado;
- * Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

3.1 O prazo de vigência da contratação terá **início** na data de 27 de fevereiro de 2025 e encerramento em 27 de maio de 2025, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.3. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.5. Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII):

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI):

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V):

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



6.6 . Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

7.1. Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7. O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8. O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9. O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII):

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Davinópolis deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE: 23. FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO: 08.243.2004.2066.0000. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ;



NATUREZA DA DESPESA: 33.90.30.00. MATERIAL DE CONSUMO.

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e neste Contrato.

9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.3. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.



10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.7. A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente sobre qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.10. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.15. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.17. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):

11.1. Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.2. Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.3. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.4. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.5. Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.6. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.7. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.8. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.9. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.10. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.12. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.13. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- * Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- * Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- * Indenizações e multas.

11.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei



n.º 14.133, de 2021).

11.15.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras Leis de licitação e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder



Executivo Federal. (Art. 161).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratarsão passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII):

13.1. As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES:

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO:

16.1. As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

17.1. O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

17.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz-MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



Davinópolis - MA, 27 de fevereiro de 2025.

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE:

Lorrana dos Santos Reis Lima
Secretária de Desenvolvimento Social

PELA CONTRATADA:

Wagnaldo Oliveira de Almeida
Representante Legal

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME: